

**PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR DE
JOAÇABA – EDITAL 02/2019**

NOME LEGÍVEL DO CANDIDATO: _____

Orientações Gerais:

A prova terá duração de 1 hora e 30 minutos, com início às 9 horas.

Deverão permanecer na sala de aplicação ao menos dois candidatos que somente poderão sair juntos ao final da prova.

O gabarito deve ser preenchido com caneta azul ou preta, o qual será utilizado para correção.

Somente poderá levar o gabarito que pode ser destacado na linha pontilhada. Não será permitido levar a prova.

O gabarito será publicado a partir das 14 horas no site www.joacaba.sc.gov.br.

PROVA DE CONHECIMENTOS SOBRE O ECA

01 - Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar exceto:

- (A) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- (B) Deixar de encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- (C) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- (D) Expedir notificações.

(Prova unificada de conhecimentos sobre o ECA - AMURC

https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/573004_Caderno_de_Prova_Objativa_Unificada_Conselho_Tutelar___AMURC.pdf)

02 - Conforme a nova redação do ECA, no Art. 139 é CORRETO afirmar que:

- (A) O processo de escolha dos membros do Conselho Tutela ocorrerá em todo o território nacional a cada 4 (quatro anos);
- (B) A posse dos Conselheiros Tutelares no dia 12 de Janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;
- (C) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor
- (D) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

(Prova unificada de conhecimentos sobre o ECA - AMURC
https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/573004_Caderno_de_Prova_Objativa_Unificada_Conselho_Tutelar___A_MURC.pdf)

03 - O ECA, em seu artigo 56, ao tratar do direito da criança e do adolescente à educação determina que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar, dentre outros, os casos de alunos:

- (A) Com reiteração de faltas injustificadas, esgotados os recursos escolares;
- (B) Cujos pais não acompanham com assiduidade a sua vida escolar;
- (C) Reincidentes em situações de indisciplina;
- (D) Com maior dificuldade de acompanhar os trabalhos escolares.

(Prova unificada de conhecimentos sobre o ECA - AMURC
https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/573004_Caderno_de_Prova_Objativa_Unificada_Conselho_Tutelar___A_MURC.pdf)

04 - Conforme o Art. 149 do ECA compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, EXCETO:

- (A) Estádio, ginásio e campo desportivo;
- (B) Bailes ou promoções dançantes;
- (C) Casa dos pais ou responsáveis devidamente amparados por guarda ou tutela;
- (D) Casa que explore comercialmente diversões eletrônicas.

(Prova unificada de conhecimentos sobre o ECA - AMURC
https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/573004_Caderno_de_Prova_Objativa_Unificada_Conselho_Tutelar___A_MURC.pdf)

05 - O Art. 16. do ECA trata sobre o direito à liberdade, dentre os aspectos abaixo assinale a alternativa incorreta:

- (A) Direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- (B) Direito a opinião e expressão;
- (C) Direito a crença e culto religioso;
- (D) Direito de brincar, vedado a praticar esportes e diversão;

(Prova unificada de conhecimentos sobre o ECA - AMURC
https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/573004_Caderno_de_Prova_Objativa_Unificada_Conselho_Tutelar___A_MURC.pdf)

06 - Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, complete as lacunas com a alternativa correta:

"Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até _____ anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre _____ e _____ anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre _____ e _____ anos de idade."

- (A) Dez/dez/dezoito/dezoito/vinte e um;
- (B) Dez/dez/dezessete/dezessete/vinte e um;

- (C) Doze/doze/dezoito/dezoito/vinte e um;
- (D) Doze/doze/dezoito/dezoito/vinte e dois.

(Prova unificada de conhecimentos sobre o ECA - AMURC
https://static.fecam.net.br/uploads/525/arquivos/573004_Caderno_de_Prova_Objativa_Unificada_Conselho_Tutelar___A_MURC.pdf)

07 - A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe, no Art. 53, que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1990). São direitos da criança e adolescente previstos no referido artigo, EXCETO:

- (A) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- (B) Acesso à escola onde houver vaga disponível, mesmo que não seja próxima de sua residência;
- (C) Direito de ser respeitado por seus educadores;
- (D) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

(<https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/disciplinas/direito-direito-da-crianca-e-do-adolescente-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca-lei-n-8-069-de-1990/questoes>)

08 - Sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao:

- (A) Secretário Municipal da Infância e da Juventude;
- (B) Representante da Defensoria Pública;
- (C) Conselho Tutelar da respectiva localidade;
- (D) Procurador do Estado da Vara da Infância e da Juventude.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

09 - Sobre os direitos individuais contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;
- (B) O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão;
- (C) A apreensão de qualquer adolescente será comunicada à autoridade policial competente;

(D) Não poderá haver internação de adolescente infrator antes da sentença judicial ou administrativa.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

10 - Conforme estabelece expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as decisões do Conselho Tutelar, a pedido de quem tenha legítimo interesse, somente poderão ser revistas

- (A) Pelo Procurador do Estado que atua na defesa da criança e do adolescente;
- (B) Pelo Ministério da Justiça;
- (C) Pela Defensoria Pública;
- (D) Pela autoridade judiciária.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

11. Nos dias atuais é polêmica a participação de crianças em determinados eventos e, na escola, todo cuidado é pouco, pois ocorrem muitas atividades extraescolares que expõem os alunos e acabam infringindo o contido no ECA. Mediante a situação exposta, leia os trechos dos artigos 75 e 76, que tratam da Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos e assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando _____.

As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, _____ para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

- (A) Apresentarem documentação ... cenas liberadas pela censura;
- (B) Acompanhadas dos pais ou responsável ... no horário recomendado;
- (C) Devidamente identificadas ... no horário liberado;
- (D) Munidas da certidão de nascimento ... espetáculos autorizados.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

12 - Numa determinada escola, o diretor recebeu denúncias de que um coordenador de ensino da escola colocava apelidos nos alunos, ressaltando negativamente algum aspecto físico, modo de andar ou de falar, depreciando os alunos e colocando-os numa situação desagradável e vulnerável perante os seus colegas. O diretor alertou o coordenador reportando-se ao ECA (art. 17), afirmando que isso não poderia mais acontecer, pois com sua atitude, segundo o ECA, ele estava:

- (A) Violando o direito de respeito à imagem das crianças e dos adolescentes.
- (B) Igualando-se aos adolescentes e eximindo-se de ser um profissional responsável por eles.
- (C) Ridicularizando alguns alunos, para ganhar a simpatia de outros.
- (D) Reforçando aspectos negativos e tentando corrigir atitudes inadequadas.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

13 - Perpétua e Joaquim resolveram mover ação de indenização por danos morais contra um jornal de grande circulação. Eles argumentam que o jornal, ao noticiar que o filho dos autores da ação fora morto em confronto com policiais militares, em 21/01/2019, publicou o nome completo do menor e sua foto sem a tarja preta nos olhos, o que caracteriza afronta aos artigos 17, 18, 143 e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esses artigos do ECA proíbem a divulgação da imagem e da identidade de menor envolvido em ato infracional. Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O jornal agiu com abuso no direito de informar e deve indenizar pelos danos causados;
- (B) O jornal não incorreu em ilícito, pois pode divulgar a imagem de pessoa suspeita da prática de crime;
- (C) Restou caracterizado o ilícito, mas, tratando-se de estado de emergência, não há indenização de danos;
- (D) Não houve abuso do direito ante a absoluta liberdade de expressão do jornal noticiante.

Prova para - Exame de Ordem Unificado - OAB - FGV - 2018
<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/materia/legislacao-especial/banca/mpe->

14 - Os adolescentes José, Marcelo e Vitor são apreendidos por autoridade policial quando consumiam cerveja, vodka e gim, respectivamente, em frente a um bar de grande movimentação. Indagados sobre como tiveram acesso às bebidas, responderam: José comprou a cerveja diretamente no bar; Marcelo recebeu as doses de vodka gratuitamente do garçom, que é seu amigo; e Vitor ganhou a garrafa de gim de presente do pai. Diante das informações prestadas pelos adolescentes, à luz do ECA, as condutas do dono do bar, do garçom e do pai de Vítor, configuram, respectivamente:

- (A) crime; infração administrativa; e crime;
- (B) crime, infração administrativa; e infração cível;
- (C) crime; crime; e crime;
- (D) crime; crime; e infração cível;

Prova para Tribunal de Justiça de Santa Catarina - SC (TJ/SC) 2018
<https://questoes.grancursosonline.com.br/questoes-de-concursos/legislacao-federal-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-no-8-069-1990>

15 - De acordo com o art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao identificar marcas de agressão e suspeitar de maus tratos em um aluno da escola, o diretor deve:

- (A) Encaminhar o aluno para atendimento médico e terapêutico.
- (B) Proporcionar condições de atendimento aos pais e aluno na escola.

(C) Comunicar ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

(D) Impedir o aluno de assistir às aulas, até que o problema seja resolvido.

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

16 - Sobre o art. 112 do ECA qual das preposições abaixo não se configura como medidas Sócio-Educativa:

(A) Advertência e obrigação de reparar o dano;

(B) Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;

(C) Inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional;

(D) Prestação de trabalho forçado;

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Silveiras - Processo de seleção para composição do conselho tutelar da criança e do adolescente – Prova Teórica – 2019
http://silveiras.sp.gov.br/wa_files/prova_20port_20e_20eca_20gabaritada.pdf

17 - O artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - dispõe sobre a internação, que constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição de pessoa em desenvolvimento. De acordo com esse artigo, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação não poderá exceder a:

(A) Três anos;

(B) Seis meses;

(C) Um ano.

(D) Dois anos;

Prova para Agente Socioeducativo - Prefeitura de Araxá MG - FRAMINAS - 2013
<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/materia/legislacao-especial/banca/mpe->

18- Um adolescente é flagrado, dentro de um bar, comprando e consumindo bebida alcoólica. Segundo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente,

(A) Ao adolescente pode ser aplicada medida socioeducativa em meio aberto por estar com seus direitos violados em razão de sua própria conduta;

(B) O estabelecimento deve ter cassado seu alvará de funcionamento, o adolescente deve receber medida de advertência, e seus genitores devem ser notificados a comparecer no Conselho Tutelar ou, na sua ausência, ao órgão do Ministério Público competente.

(C) Incorrem, estabelecimento comercial, adolescente e seus pais em Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente.

(D) Fica o estabelecimento comercial sujeito à medida administrativa de interdição até o recolhimento da multa aplicada.

Prova para Fundação Carlos Chagas (FCC)
<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/materia/legislacao-especial/banca/mpe->

19 - As condutas descritas, hipoteticamente, como crime e contravenção penal são consideradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como :

- (A) ato irregular;
- (B) crime ou contravenção de menor potencial ofensivo;
- (C) ato infracional;
- (D) conduta atípica.

Prova para Inspetor de Alunos – Prefeitura de Santo André SP – CAIPIMES – 2011.
<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/materia/legislacao-especial/banca/mpe->

20 - De acordo com o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Desta forma, é correto afirmar:

I - Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 1 (um) ano, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

II - A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

III - A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio.

IV - Os filhos, havidos da relação do casamento, por adoção, não terão os mesmos direitos e qualificações na convivência familiar.

São corretas as afirmações:

- (A) I, II e III apenas;
- (B) II e III apenas;
- (C) I e IV apenas;
- (D) II, III e IV apenas.

Prova para Conselheiro Tutelar - Prefeitura de Cravinhos SP - ASSESSORARTE - 2012
<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/materia/legislacao-especial/banca/mpe->

